

BIO SAUDE SERVICOS MEDICOS LTDA

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Mesmo diante de um cenário global e doméstico ainda desafiador e em meio a mais um período marcado pela pandemia, a Companhia foi capaz de demonstrar seu compromisso com um modelo de negócio sustentável e resiliente em 2022. O esforço e dedicação de nossos colaboradores e prestadores de serviços levaram a uma melhora de todos os indicadores operacionais e financeiros da Companhia na comparação com o exercício anterior.

Encerramos 2022, com a marca de 170.149 clientes, sendo todos em planos médico-hospitalares.

➤ Capacidade financeira

A Companhia finalizou o exercício de 2022 com R\$ 2.023.011,04 em caixa (R\$ 13.237.679,05 em 2021).

➤ Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou 214.324.993,84 em 2022 (R\$ 155.592.556,12 em 2021), um aumento de 27,40% em comparação ao exercício anterior.

Os eventos indenizáveis totalizaram R\$ 189.817.821,62 em 2022, apresentando um aumento de 38,37%, em comparação com 2021.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 17.994.383,77 em 2022, apresentando um crescimento de 43,39% em comparação com 2021.

As despesas comerciais totalizaram R\$ 17.211.409,70 apresentando um decréscimo de 47,96% em comparação com 2021.

O resultado financeiro totalizou R\$ 4.072.472,56, apresentando um crescimento de 90,15% em comparação com 2021.

O prejuízo líquido totalizou (R\$ 26.518.147,61), apresentando um decréscimo de 139,54% em comparação ao lucro de com 2021.

➤ Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações).

➤ Considerações finais

A Companhia e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual faz parte, tem usado toda a experiência em gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2022 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração.

DocuSigned by:

E3FD8988A70245A...

Gilson Ramos
Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

B67FBC6B563B4A8

Willian Ykeuti
Gerente de contabilidade
CRC 1SP196148/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES (INDEPENDENTES) SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Empresa:

BIO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LIMITADA

CNPJ: Nº 03.123.146/0001-12 – Cadastro na ANS: Nº 40.296-6

São Paulo - SP

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da operadora **BIO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LIMITADA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas demonstrações contábeis: Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas aplicadas e praticadas na contabilidade.

Responsabilidade da Administração e da Governança Sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações livres de distorções relevantes, independente da causa.

A administração é ainda responsável pela avaliação da capacidade do processo operacional, quando aplicável aos assuntos relacionados com a sua continuidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que seja planejada e executada com o objetivo de assegurar uma perspectiva razoável para tomada de decisões econômicas livre de distorções relevantes.

Uma auditoria consiste na execução e procedimentos para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente da causa. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos essenciais para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da operadora, planejando e produzindo respostas apropriadas para as circunstâncias, uma auditoria não expressa uma opinião sobre a eficiência dos controles internos, somente acompanha o desempenho dos elementos que integram e fazem parte desses controles, a auditoria inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Opinião

Expressamos nossa opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas que apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, somos independentes em relação a operadora, de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pela Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Recomendações de Ordem Geral

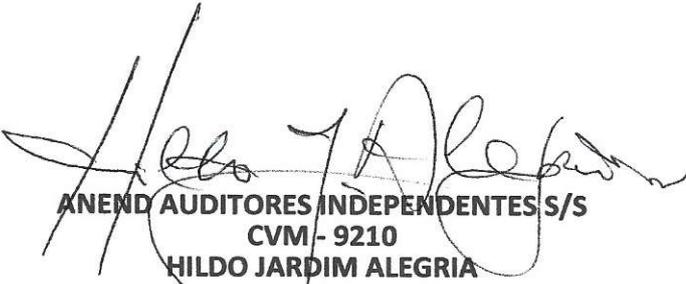
As recomendações que julgamos necessárias e adequadas ao aprimoramento do Sistema de Controle Interno são provenientes dos exames indicados nos itens anteriores, se destinam a manter um Sistema Seguro e Confiável, auto gerenciável, que identifique imediatamente ou impeça qualquer transação não autorizada, bem como, elimine procedimentos operacionais inadequados, que possam representar riscos ao Patrimônio da Empresa.

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL-SALDOS FINAIS DE 2022-BIO SAÚDE LTDA		Saldo Final
1	ATIVO	80.883.131,74
12	ATIVO CIRCULANTE	74.271.799,69
121	Disponível	2.023.011,04
1212	Caixa	-
1213	Bancos Conta Movimento	2.023.011,04
1214	Aplicações Liquidez Imediata	-
122	Aplicações Financeiras	45.635.184,19
1221	Aplicações Garantidoras de Provisão	35.687.337,08
1222	Aplicações Livres	9.947.847,11
123	Créditos de Operação Com Planos Assistenciais Pré-Estabelecidos	9.932.055,66
1231-		
11	Contraprestação Pecuniária a Receber (Individual)	10.109.072,90
1231-		
12	Contraprestação Pecuniária a Receber (Coletivos s Administração Beneficiários)	2.750.919,31

1231-91	(-) Provisão P Perdas S Crédito (Individual)	- 2.675.741,14
1231-92	(-) Provisão P Perdas S Crédito (Coletivos s Administração Beneficiários)	252.195,41
125	Despesas Diferidas	12.873.182,03
1251	Comissões Diferidas C Operações de Assistência à Saúde	12.873.182,03
126	Créditos Tributários e Previdenciários	3.120.473,37
1261-01	Créditos Tributários	3.116.566,26
1261-08	Créditos Previdenciários	3.907,11
127	Bens e Títulos a Receber	687.893,40
1274	Adiantamentos	687.893,40
1278	Outros Bens e Títulos a Receber	-
13	ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.611.332,05
131	Realizável a Longo Prazo	6.432.430,20
1316	Ativo Fiscal Diferido	2.681.109,56
1318	Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	3.751.320,64
133	Imobilizado	178.901,85
1331	Imóveis de Uso Próprio N Hospitalar	0,02
1332	Imobilizado de Uso Próprio N Hospitalar	178.901,83
		Saldo Final
2	PASSIVO	80.883.131,74
21	PASSIVO CIRCULANTE	66.229.659,48
211	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	62.768.382,88
211-01	Provisões Prêmios Contraprestação não Ganha	8.230.033,17
211-02	Provisões de Eventos a Liquidar - SUS	6.407.966,67
211-03	Provisões de Eventos a Liquidar - PESL	19.605.040,83
211-04	Provisão de Eventos Sinistros Ocorridos e não Avisados Peona PESL	22.955.334,55
211-04	Provisão de Eventos Sinistros Ocorridos e não Avisados Peona SUS	5.570.007,66
213	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14.617,46
213-21	Recebimento Antecipado Contraprestação Pecuniária - Médica	6.014,11
213-22	Recebimento Antecipado Contraprestação Pecuniária - Odontologia	8.603,35
216	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	1.131.825,75
216-11	Tributos e Contribuições	939.749,46

216-21	Retenções de Impostos e Contribuições	192.076,29
218	Débitos Diversos	2.314.833,39
218-11	Obrigações Com Pessoal	720.427,02
218-21	Fornecedores	767.034,66
218-81	Multas Administrativas a Pagar	429.930,23
218-88	Outros Débitos a Pagar	397.441,48
2.3	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.858.664,24
231	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	5.360.833,56
235	Provisões Ações Judiciais	4.911.167,67
238	Débitos Diversos	1.586.663,01
2.5	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.794.808,02
251	Capital Social/Subscrito	67.822.000,00
256	Lucros/Prejuízos Acumulados	- 65.027.191,98

São Paulo, 20 de março de 2023


ANEND AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - 9210
HILDO JARDIM ALEGRIA
CRC RJ - 041841-T-6

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

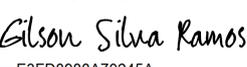
		31 de dezembro de	31 de dezembro de
	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante		74.272	63.363
Disponível	5	2.023	13.238
Realizável		72.249	50.125
Aplicações financeiras	6	45.635	39.970
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		35.687	27.123
Aplicações livres		9.948	12.847
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	9.932	1.738
Contraprestações pecuniárias a receber		9.932	1.738
Despesas de comercialização diferidas	8	12.873	2.244
Créditos tributários e previdenciários	9	3.120	103
Bens e títulos a receber	10	689	6.070
Não circulante		6.611	3.355
Realizável a longo prazo		6.432	3.046
Ativo fiscal diferido	11	2.681	1.015
Depósitos judiciais e fiscais	12	-	9
Outros créditos a receber a longo prazo	13	3.751	2.022
Imobilizado	14	179	309
Imóveis de uso próprio		-	-
Imobilizado de uso próprio	14	179	309
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		179	309
Total do ativo		80.883	66.718

DS


DS


Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo			
Circulante		66.230	34.841
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	62.768	31.677
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		8.230	4.426
Provisão de eventos a liquidar para SUS		6.408	3.934
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		19.605	4.798
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		28.525	18.519
Débitos de operações de assistência à saúde		15	-
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		15	-
Provisões	16	1.132	1.544
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	666
Tributos e encargos sociais a recolher	16	1.132	878
Débitos diversos	17	2.315	1.620
Não circulante		11.858	7.583
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	5.361	357
Provisão de eventos a liquidar para SUS		5.361	357
Provisões		4.911	4.467
Provisões para ações judiciais	18	4.911	4.467
Débitos diversos	17	1.586	2.759
Patrimônio líquido		2.795	24.294
Capital social	19	67.822	60.822
Reservas:		(65.027)	(36.528)
Reservas de lucros		(65.027)	(36.528)
Lucros / Prejuízos do exercício		-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		80.883	66.718

DocuSigned by:

E3FD8988A70245A...

Gilson Ramos
Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

B67FBC6B563B4A8...

Willian Ykeuti
Gerente de contabilidade
CRC 1SP196148/O-6

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Demonstração do Resultado 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		214.325	155.593
Receitas com operações de assistência à saúde	20	219.919	160.053
Contraprestações líquidas		219.919	160.053
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(5.594)	(4.460)
Eventos indenizáveis líquidos	21	(189.818)	(116.978)
Eventos conhecidos ou avisados		(181.793)	(115.888)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(8.025)	(1.090)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		24.507	38.615
Receitas de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da Operadora		117	-
Outras receitas operacionais		117	-
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(7.907)	(2.620)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	22	(7.782)	(2.429)
Provisão para perdas sobre créditos		(125)	(191)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	23	(13.750)	(2.178)
Resultado bruto		2.967	33.817
Despesas de comercialização	24	(17.211)	(8.957)
Despesas administrativas	25	(17.994)	(10.186)
Resultado financeiro líquido		4.072	401
Receitas financeiras	26	7.287	1.446
Despesas financeiras	26	(3.215)	(1.045)
Resultado patrimonial		(18)	813
Receita patrimonial		-	1.300
Despesa patrimonial		(18)	(487)
Resultado antes dos impostos e participações		(28.184)	15.888
Imposto de renda		-	(3.915)
Contribuição social		-	(1.418)
Impostos diferidos	11	1.666	(69)
Resultado líquido do exercício		(26.518)	10.486

DocuSigned by:

Gilson Silva Ramos

E3FD8988A70245A...

Gilson Ramos
Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

Willian Ykeuti

B67EBC6B563B4A8

Willian Ykeuti
Gerente de contabilidade
CRC 1SP196148/O-6

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Demonstração da mutação do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	TOTAL
SALDOS em 31 de dezembro de 2020	19.822	-	3.726	23.548
Aumento de capital	41.000	-	-	41.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	10.486	10.486
Ajustes decorrentes BP	-	-	(48.617)	(48.617)
Distribuição de lucros aos sócios	-	-	(2.123)	(2.123)
SALDOS em 31 de dezembro de 2021	60.822	-	(36.528)	24.294
Aumento de capital	7.000	-	-	7.000
Ajustes decorrentes BP	-	-	(1.981)	(1.981)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(26.518)	(26.518)
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	28.499	(28.499)	-
SALDOS em 31 de dezembro de 2022	67.822	28.499	(93.526)	2.795

DocuSigned by:

Gilson Silva Ramos

E3FD8988A70245A...

Gilson Ramos
Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

Willian Ykeuti

B67FBC6B563B4A8...

Willian Ykeuti
Gerente de contabilidade
CRC 1SP196148/O-6

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Fluxo de Caixa 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31 de dezembro de</u> <u>2022</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Saúde	203.820	145.395
Resgate de Aplicações Financeiras	73.349	-
Recebimento de juros de aplicações financeiras	6.063	-
Outros Recebimentos Operacionais	2.149	-
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(167.317)	(117.557)
Pagamento de Comissões	(27.297)	(11.158)
Pagamento de Pessoal	(3.491)	(3.072)
Pagamento de Serviços Terceiros	(6.515)	(3.734)
Pagamento de Tributos	(14.417)	(9.109)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.304)	(7)
Pagamento de Aluguel	(300)	(253)
Aplicações Financeiras	(74.298)	-
Outros pagamentos operacionais	(4.657)	(6.570)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(14.215)	(6.065)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Outros recebimentos das atividades de investimento	3.000	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-	(14)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	(32)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	3.000	(46)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização capital em dinheiro	-	41.000
Recebimento de juros de aplicações financeiras	-	1.446
Resgate de aplicações financeiras	-	25.026
Pagamentos de juros e encargos sobre emprést. / financ. / leasing	-	(165)
Pagamentos de amortização de emprést. / financ. / leasing	-	(18)
Pagamento de Participação nos Resultados	-	(2.124)
Aplicações financeiras	-	(45.999)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	19.166
VARIAÇÃO DE CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.215)	13.055
CAIXA - Saldo inicial	13.238	183
CAIXA - Saldo final	2.023	13.238
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.215	(13.055)
Ativos livres no início do exercício	13.238	183
Ativos livres no final do exercício	2.023	13.238
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	11.215	13.055

DocuSigned by:

Gilson Silva Ramos

E3FB988A70245A...

Gilson Ramos

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

Willian Ykeuti

B67FBC6B563B4A8...

Willian Ykeuti

Gerente de contabilidade

CRC 1SP196148/O-6

1. Contexto operacional

A BIO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, foi constituída no ano de 30/04/1999, com sede e foro na Cidade de São Paulo, tendo como objeto social a Operação de planos privados de assistência médico-hospitalar através de Planos Privados de Assistência à Saúde individuais, familiares e coletivos mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros de acordo com a lei 9656/98 e normativos da ANS agência Nacional de Saúde Suplementar. Nos termos da Resolução Normativa RN 160/209 classifica-se como Medicina de Grupo.

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Outros assuntos

2.1 Efeitos do coronavírus (COVID-19)

Com o avanço dos programas de vacinação da população mundial e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social.

A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus.

Desde o início da pandemia, a Companhia tem se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A Companhia permanece vigilante, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes do COVID-19 em seu negócio e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade.

Não foram identificados no período atual, idem a períodos anteriores, desde o início da pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Companhia.

2.2 Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

A Administração da Companhia está acompanhando potenciais impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras individuais, não foram identificados ajustes materiais a serem divulgados.

2.3 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia promoveu um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia incluem cobertura para eventos extremos.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação

3. Políticas contábeis

3.1 Elaboração e apresentação das Informações Financeiras individuais

3.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa – RN no 528, de 29 de abril de 2022.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos

nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.2.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 29 de março de 2023.

3.1.2. Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

3.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- Nota Explicativa nº 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- Nota explicativa nº 15 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros;
- Nota explicativa nº 18 – Provisão para ações judiciais. A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.
- Nota explicativa nº 4 – Instrumentos financeiros. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As estimativas e premissas são revisadas de maneiras contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;
- Nota explicativa nº 8 - Despesas de comercialização diferidas: identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício;
- Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 15 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e
- Nota explicativa nº 18 - Provisões para ações judiciais. reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(iii) *Mensuração a valor justo*

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para ativo ou passivo; e
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo com um todo:

- nível I – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- nível II – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- nível III – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.3.5 - Instrumentos financeiros.

3.3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os

exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, saldo indicação contrária.

3.3.1 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 15, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

A Companhia presta serviços de assistência à saúde por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente

no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a Companhia espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares.
- O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação.
- Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a Companhia atingir um bônus de desempenho ou não).

(iii) *Reconhecimento dos custos dos serviços prestados*

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

3.3.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.3.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.3.4 Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcurso do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

3.3.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não

for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo

amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia.

3.3.7 Perda de recuperabilidade sobre créditos

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico, levando em consideração variáveis independentes, como tipo de cobertura, duração do contrato, quantidade de dias em que o título está atrasado e valor em aberto do cliente.

A Companhia adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes, segregando as análises em operações para clientes corporativos grandes contratos, corporativos pequenas e médias empresas (coletivos) e planos individuais (pessoa física), levando em consideração o fator de risco inerente em cada uma dessas relações. O modelo parte da avaliação do crédito realizada para cada perfil de cliente. Do resultado apurado, a Companhia analisa e compara com as perdas históricas, a fim de verificar se o montante apurado está razoável.

3.3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises

efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para ações judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

- (a) Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG (Resolução Normativa RN 393/2015,

RN 442/2018 e RN 472/2021)): é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

- (b) Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde): é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.
- (c) Provisão para eventos a liquidar: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.
- (d) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 476/2021): é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
- (e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS): é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.
- (f) Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 393/2015): é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- (g) Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)): para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 393, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

3.3.10 Teste de adequação de passivos (TAP)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

3.3.11 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. São elas:

(i) *IFRS 17 - Contratos de seguro*

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17/CPC 50, recepcionado pela CVM, por meio da Resolução CVM 42/2021, é aplicável para exercícios anuais com início em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia está avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na “verticalização” de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

A Companhia vende planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria. Nessas operações, a Companhia administra “riscos de saúde”, no qual há a combinação da prestação de serviços de assistência à saúde e um método de precificação da contraprestação a ser recebida a partir de uma mensalidade por taxa mensal fixa e que considera a premissa de se tratar de um contrato de longo prazo e com capacidade de tornar os clientes cativos; dentre outros aspectos relevantes.

Impacto estimado da adoção da IFRS 17

O IFRS 17/CPC 50 busca uniformizar a ampla variedade de práticas contábeis até então aplicadas no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras em diferentes jurisdições.

A norma, com efeitos partir de 1º de janeiro de 2023, tem como data de transição 1º de janeiro de 2022, e os impactos de transição devem afetar diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

A eventual adoção do IFRS 17/CPC 50 não resultará em impactos regulatórios, uma vez que tais limites são calculados segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às operadoras de saúde autorizadas a funcionar pela ANS que não aprovou o IFRS 17/CPC 50.

O IFRS 17/CPC 50 exige que todas as seguradoras reflitam os efeitos das mudanças em suas demonstrações financeiras de maneira transparente, fornecendo informações sobre a lucratividade atual e futura dos seus contratos de seguro. Além dessa comparabilidade, a norma instituiu os níveis de agrupamento dos contratos de seguro (nível de saframento, portfólio e grupos) e a aplicação dos modelos contábeis que devem ser definidos de acordo com as características dos contratos de seguros. Esses modelos são divididos em:

- **BBA – Building Block Approach (Modelo Geral de Mensuração):** modelo padrão para todos os contratos de seguros;
- **PAA – Premium Allocation Approach (Abordagem de Alocação de Prêmio):** modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA; e
- **VFA – Variable Fee Approach (Abordagem de Taxa Variável):** modelo aplicável a contratos de seguros com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

No reconhecimento inicial do modelo BBA, deve-se considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, os ajustes do valor do dinheiro no tempo (ajustes a valor presente) e os ajustes dos riscos não financeiros para avaliar se o contrato é superavitário ou deficitário. Com isso, surge o conceito da margem de serviço contratual (CSM – Contractual Service Margin), que deverá ser contabilizada no passivo, sendo convertida para receita ao longo da vigência do contrato. Nos casos de contratos onerosos (quando essa margem de serviço contratual é deficitária), esses valores deverão ser contabilizados imediatamente no resultado.

No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos.

(ii) Alterações ao IAS 1: Apresentação das demonstrações financeiras

De acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração do IAS 1 *Classification of liabilities as current or non-current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determina que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das

demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

(iii) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(iv) Alterações ao IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(v) Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento), destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 528/2022 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia procura priorizar seus ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam rating mínimo de investment grade na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de rating:

Emissores	31 de dezembro de		Rating Nacional - Longo Prazo
	2022	2021	
Banco Bradesco S.A.	24.905	35.276	AAA(bra)
Itaú Unibanco S.A.	14.966	-	AAA(bra)
Sicob	5.764	4.694	AA(bra)
	45.635	39.970	

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs 419/16, 427/17, 430/17 e 521/2022 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

(i) *Gerenciamento do risco de liquidez*

Liquidez	Disponível e Aplicações financeiras	31 de dezembro de			
		2022		2021	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras (Nota 6)	-	0,00%	148	0,37%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	45.635	100,00%	27.123	67,86%
De 241 a 360 dias	Certificado de depósitos bancário – CDB – pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	-	0,00%	12.699	31,77%
		45.635	100,00%	39.970	100,00%

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, 430/17 e nº 448/20 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	35.687	27.123

(ii) *Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)*

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities Management). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco de seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde é levado em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

O portfólio financeiro da Companhia está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 6.

(i) *Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros*

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras Intermediárias, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022:

		31 de dezembro de 2022											
Fundo de renda fixa abertos	Indexador	Risco	% - a.a.	R\$	Provável	Redução dos juros				Aumento de juros			
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
	CDI	Baixa CDI	12,37%	45.635	5.645	9,28%	4.235	6,19%	2.825	15,46%	7.055	18,56%	8.470
				<u>45.635</u>	<u>5.645</u>		<u>4.235</u>		<u>2.825</u>		<u>7.055</u>		<u>8.470</u>

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Disponível

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa e bancos	2.023	13.090
Aplicações de liquidez imediata	-	148
	2.023	13.238

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Companhia tem o direito de resgate imediato.

6. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Vencimento		31 de dezembro de	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	2022	2021
			Valor contábil	
Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii)	-	-	-	12.699
Fundo de renda fixa abertos (iii)	45.635	-	45.635	27.271
	45.635	-	45.635	39.970
	Circulante		45.635	39.970
	Não circulante		-	-

a) Movimentação das aplicações financeiras

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	39.970	-
Saldo adquirido	-	15.539
Aplicações	74.151	47.790
Resgates	(74.548)	(24.697)
Resultado financeiro	6.062	1.338
Saldo no final do exercício	45.635	39.970

A Empresa constitui ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam as provisões técnicas e cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	12.860	4.541
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(2.928)	(2.803)
	9.932	1.738

Os planos contratados pelas médias e pequenas empresas (PME) e por adesão através de entidades de classes e outros, tiveram a suspensão do reajuste dos contratos, sendo que essa cobrança efetivada será realizada ao cliente ao longo do exercício 2022, conforme orientações da ANS. O percentual do reajuste é mensurável e aplicável na data do aniversário do contrato, portanto, sendo aprovado pelos Órgãos reguladores o reconhecimento desta receita. A Companhia efetua o reconhecimento no trimestre da receita, líquida de provisão para perda histórica.

Os valores com vencimento a partir de 90 dias e que não estejam provisionados para perda são decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.

A abertura do saldo do contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) *Créditos de operações com planos de assistência à saúde*

	2022		31 de dezembro de 2021			
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo líquido	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo líquido
A vencer:						
De 1 a 30 dias	368	-	368	27	-	27
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	4.031	-	4.031	2.346	(1.431)	915
De 30 a 90 dias	3.303	-	3.303	1.284	(488)	796
Acima de 90 dias	5.158	(2.928)	2.230	884	(884)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à Saúde	12.860	(2.928)	9.932	4.541	(2.803)	1.738

A movimentação do contas a receber é como segue:

(i) *Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde:*

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.738	-
Saldo adquirido	-	3.274
Contraprestações líquidas	219.919	120.530
Recebimentos	(203.821)	(119.761)
Combinação de negócios Hapvida	(124)	-
Perda efetiva com créditos	(7.780)	(2.305)
Saldo no final do exercício	9.932	1.738

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	Plano de Saúde	Não relacionado c/ plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.803)	-	(2.803)
Combinação de negócios - Hapvida	(125)	-	(125)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.928)	-	(2.928)

8. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	2.244	-
Constituições	23.535	4.343
(-) Amortização	(12.906)	(2.099)
Saldo final do exercício	12.873	2.244
Circulante	12.873	2.244
Não circulante	-	-

9. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Imposto de renda (i)	1.652	99
Contribuição social sobre o lucro (i)	562	-
Imposto de renda retido na fonte	902	-
Créditos de PIS e COFINS	4	4
Créditos tributários e previdenciários	3.120	103

- (h) A Companhia adota como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, e efetua o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizará o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Adiantamento a funcionários	240	231
Adiantamento a fornecedores	449	-
Outros títulos a receber	-	5.839
	689	6.070

11. Ativo fiscal diferido

	31 de dezembro de 2021	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2022
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>			
Provisões para ações judiciais	62	42	104
Perda de recuperabilidade sobre créditos	953	1.605	2.558
Outras adições		19	19
Imposto diferido ativo	1.015	1.666	2.681
Imposto diferido passivo	-	-	-
Total do imposto diferido líquido	1.015	1.666	2.681

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Resultado antes dos impostos	(28.184)	15.888
À alíquota fiscal de 34%	9.583	(5.402)
Despesas indedutíveis	(1.988)	(13)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(5.929)	-
Outras exclusões (adições) permanentes	-	13
Despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	1.666	(5.402)
Alíquota efetiva	6%	34%

12. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir a origem para a Companhia efetuar os depósitos judiciais:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>Adição/ (baixas) depósitos</u>	<u>Atualizações</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Regulatórios/ Cíveis	9	(9)	-	-
	<u>9</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>Adição/ (baixas) depósitos</u>	<u>Atualizações</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Regulatórios/ Cíveis	-	9	-	9
	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>

Regulatórios/Cíveis – Corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 18 está relacionado a estes depósitos.

13. Outros créditos a receber longo prazo

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações contratuais	3.751	2.022
	<u>3.751</u>	<u>2.022</u>

14. Imobilizado

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Equipamentos de computação	309	-	(18)	(112)	179
	<u>309</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(112)</u>	<u>179</u>
	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Equipamentos de computação	-	316	-	(7)	309
	<u>-</u>	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>309</u>

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2022 não houve indicadores de impairment sobre o imobilizado.

15. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Provisão para eventos / sinistros a liquidar para o SUS (a)	11.769	4.291
Provisão para eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	19.605	4.798
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (c)	28.525	18.519
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNG	8.230	4.426
	68.129	32.034
Circulante	62.768	31.677
Não circulante	5.361	357

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de setembro de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Companhia contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Companhia efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 12.

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.291	1.896
Avisos recebidos SUS	2.765	1.050
Atualização monetária	6.224	2.220
Pagamentos efetuados	(1.511)	(875)
Saldo no final do exercício	11.769	4.291

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.798	3.030
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	179.028	2.538
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(164.221)	(770)
Saldo no final do exercício	19.605	4.798

c) Variações das provisões técnicas

	PEONA (i)	PPCNG (ii)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.749	4.426
Movimentação	8.752	-
Variação das provisões no exercício	8.024	3.804
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.525	8.230

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA/PEONA-SUS) é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.

- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG) consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

16. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Imposto de renda (IRPJ)	-	489
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)	-	177
Imposto sobre Serviços (ISS)	417	261
Contribuição previdenciária	106	66
FGTS	90	21
PIS e COFINS	326	271
Contribuições sindicais e assistenciais	1	1
Impostos devidos a recolher	940	1.286
Imposto de Renda – terceiros	134	84
Imposto sobre Serviços	(129)	20
Contribuição previdenciária retida	(13)	-
Retenção PIS/COFINS/CSLL	200	154
Impostos retidos a recolher	192	258
Parcelamento impostos, multas e taxas	-	-
Total	1.132	1.544
Circulante	1.132	1.544
Não circulante	-	-

17. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Obrigações trabalhistas	720	337
Fornecedores	767	767
Débitos diversos	801	315
Taxa de Saúde Suplementar	1.002	2.539
Outros débitos	611	421
	3.901	4.379
Circulante	2.315	1.620
Não circulante	1.586	2.759

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Provisões para ações judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Companhia provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia:

	31 de dezembro de 2021	Saldo Adquirido	Provisão/ Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	31 de dezembro de 2022
Trabalhistas	12	-	30	(11)	1	32
Regulatórios/Cíveis	4.455	-	625	(271)	70	4.879
	4.467	-	655	(282)	71	4.911
	31 de dezembro de 2020	Saldo Adquirido	Provisão/ Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	31 de dezembro de 2021
Trabalhistas	-	277	(279)	-	14	12
Regulatórios/Cíveis	-	4.655	(219)	-	19	4.455
	-	4.932	(498)	-	33	4.467

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Fiscais	513	264
Trabalhistas	2.039	1.646
Regulatórios/Cíveis	13.676	8.266
	16.228	10.176

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 67.822 (R\$ 60.822 em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, representado por 67.822.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (60.822.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021).

20. Contraprestações Efetivas

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	225.323	160.053
Contraprestações canceladas	(5.404)	-
	219.919	160.053

21. Eventos conhecidos ou avisados

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Eventos conhecidos ou avisados	(193.422)	(122.794)
Avisos recebidos do SUS	(2.765)	(1.584)
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	14.394	6.563
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(8.025)	837
	(189.818)	(116.978)

22. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Perdas efetivas	(7.780)	(2.266)
Outras despesas operacionais	(2)	(163)
	(7.782)	(2.429)

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Outras despesas operacionais de assistência a saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	(13.750)	(2.178)
	(13.750)	(2.178)

24. Despesas de comercialização

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Pessoal	(319)	-
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(12.906)	(2.099)
Comissões e agenciamentos	(3.986)	(6.858)
	(17.211)	(8.957)

25. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Pessoal	(5.881)	(4.309)
Serviços de terceiros	(5.659)	(2.965)
Localização e funcionamento	(624)	(1.669)
Depreciação e amortização	(112)	(7)
Publicidade e propaganda	-	(30)
Provisão (reversão) para contingências	(5.055)	(290)
Tributos	(14)	(173)
Taxas, emolumentos, multas e juros	-	(579)
Outras despesas	(649)	(164)
	(17.994)	(10.186)

26. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Receitas com aplicações financeiras	6.063	1.338
Juros recebidos	998	108
Variação monetária ativa	193	-
Descontos obtidos	33	-
	7.287	1.446
Variação monetária passiva	(436)	(109)
Multas e juros	(746)	(91)
Tarifas bancárias	(1.702)	(837)
Descontos concedidos	(331)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(8)
	(3.215)	(1.045)
Resultado financeiro líquido	4.072	401

Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Partes relacionadas

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.
 Vendas serviços relacionados e não relacionados com planos
 de assistência a saúde (i)

Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
-	-	-	71	2.367	234	(23.533)	(733)
-	-	-	71	2.367	234	(23.533)	(733)

DocuSigned by:

Gilson Silva Ramos

E3FD8988A70245A...

Gilson Ramos
 Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

Willian Ykeuti

B67FBC6B563B4A8...

Willian Ykeuti
 Gerente de contabilidade
 CRC 1SP196148/O-6